

Líderes temem atrasar

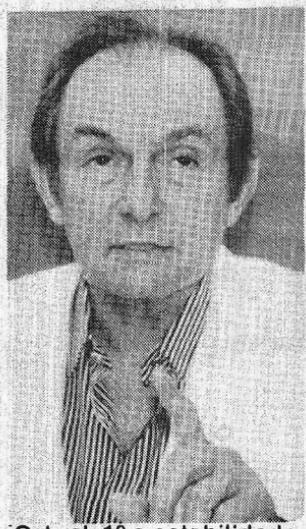
* 6 MAR 1989

CORREIO BRAZILIENSE

154

mais as leis da Carta

LAURA FONSECA



Cabral: 1º a estabilidade

Diante das centenas de leis complementares e ordinárias que ainda faltam para o pleno funcionamento da Constituição, os partidos e lideranças partidárias hesitam em listar os itens prioritários, com medo de que as muitas divergências tornem o processo de escolha mais longo. "Até esse momento, somente a urgência de elaboração dos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como o regimento comum das duas Casas e uma lei disciplinando as eleições presidenciais de 15 de novembro, sensibilizaram a maior parte dos congressistas", afirma o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade.

Sobre esses temas já existem vários projetos de lei em tramitação, mas a ausência quase sistemática de quorum nas sessões normais das duas Casas, aliada à pressão de exame e votação das medidas provisórias, vem paralisando o trabalho a respeito das leis complementares mais importantes, diz o deputado **Bernardo Cabral** (PMDB/AM), revelando que seu partido já teve mais de uma reunião para debater temas prioritários.

"As condições de estabilidade no emprego, elaborando condições como indenização compensatória para demissão arbitrária ou sem justa causa (artigo 7º); lei garantindo tratamento especial à propriedade produtiva rural, para fixar normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social, ou seja, estabelecer critérios mais definidos de desapropriação para fins de reforma agrária; definição precisa do que sejam "juros reais", para poder aplicar, plenamente, o artigo 192, que limita em 12 por cento anuais os juros que podem ser cobrados", são alguns dos exemplos de urgência detectados no PMDB, segundo Cabral.

Segundo Sandra Cavalcanti, o PFL ainda não realizou nenhuma reunião especial para definir prioridades de legislação, mas ela já identificou dois exemplos urgentes, como a regulamentação das aposentadorias para que esses servidores possam receber seus direitos a partir de maio, conforme está previsto na Constituição (seis meses após sua promulgação, que foi em outubro) e a regulamentação do Sistema Único de Saúde, que desorganizou a Previdência Social e não está repassando verbas para instituições filantrópicas e sem fins lucrativos, como é o caso das entidades que cuidam dos doentes de câncer.

"E a lei de greve, onde o artigo 9º da Constituição pede definição das atividades essenciais e as regras para atendimento das populações, em caso de greve desses trabalhadores?" pergunta um representante do PT.

"E o imposto sobre grandes fortunas, quando será criado?", prossegue um deputado petista, preferindo não se identificar.

Um tema que vem tomando muito tempo dos deputados e senadores é a questão da definição das comissões permanentes da Câmara e do Senado. Como elas não ficaram especificadas, nem em número

nem em tema na Constituição, a luta é ferrenha para escolher presidentes e membros, especialmente dos assuntos mais importantes, como Constituição e Justiça, Fiscalização e Controle. As Comissões tiveram seus poderes bastante ampliados na nova Carta, podendo mesmo aprovar projetos de lei, desde que sua decisão não seja questionada por um décimo do número global da Casa a que pertence. Segundo a Constituição, as Comissões devem ser formadas obedecendo a critérios de "proporcionalidade de bancadas partidárias, na medida do possível". Não é difícil imaginar a luta por espaços, em pleno andamento nos bastidores.

ESTIMATIVA

As previsões em relação a número de leis complementares e ordinárias também são bastante fluidas. Parlamentares estimam em 200, 300 e até 400. Numa estimativa modesta, num ano eleitoral como será 1989, ninguém aposta na concretização de mais de 20 ou 30 projetos. Desse fato decorre a necessidade da elaboração de uma pauta de prioridades pelos partidos, para que, através de acordo, seja possível decidir entre legislar sobre ecologia ou matéria trabalhista, sobre impostos ou direitos dos cidadãos, reconhece o deputado Nilton Friedrich do PSDB.

Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) propõe outra solução: "Os parlamentares precisam se conscientizar da necessidade de trabalharem de segunda a sexta-feira, como qualquer trabalhador brasileiro. Para isso, são bem pagos, dispondo de excelentes condições de assessoramento e de infra-estrutura nos prédios do Congresso Nacional. Enquanto deputados e senadores quiserem chegar a Brasília na terça e retornarem na quinta a seus estados, o trabalho não vai deslanchar".